

Governança da terra: reflexões a partir da política de regularização fundiária do Piauí

Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante
Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Cássio de Sousa Borges
Eduarda e Silva da Cunha
Rannere Mendes de Oliveira Marques

Volume 1



Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante
Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Cássio de Sousa Borges
Eduarda e Silva da Cunha
Rannyere Mendes de Oliveira Marques

Governança da terra: reflexões a
partir da política de **regularização**
fundiária do Piauí
Volume 1

Teresina
2026

SUPERVISÃO EDITORIAL

Ana Kelma Cunha Gallas

DIAGRAMAÇÃO

Kleber Albuquerque Gallas Filho

DESIGN GRÁFICO E CAPA

Ana Kelma Cunha Gallas

IMAGENS DAS SEÇÕES

Letícia Mendes (INTERPI)

REVISÃO TÉCNICA

Edson Rodrigues Cavalcante

TI DOI MANAGER

Eliezyo Silva



LESTU EDITORA, CONSULTORIA E
COMUNICAÇÃO LTDA.

Contato: editora@lestu.org

site: www.lestu.com.br

Livraria: www.lestu.org



FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada por Edson Rodrigues Cavalcante 1649/CRB3

C572g

Governança da terra: reflexões a partir da política de regularização fundiária do Piauí / CAVALCANTE, Rodrigo Ribeiro Costa; RIBEIRO, Rhubens Ewald Moura; BORGES, Cássio de Sousa; CUNHA, Eduarda e Silva da; ; MARQUES, Rannyere Mendes de Oliveira (Orgs.). v. 1. Teresina: Editora Lestu, 2026.

Trabalhos apresentados no I Congresso Científico do Instituto de Terras do Piauí (CINTERPI), realizado em Teresina, nos dias 2 e 3 de dez. 2025.

428 f; il.

ISBN: 978-65-85729-15-4

DOI: 10.51205/lestu.978-65-85729-15-4

1. Política fundiária- Piauí. 2. Regularização fundiária- Brasil. 3. Território e desenvolvimento regional. 4. Gestão Pública. I. Organizadores. II. Título. III. Localidade. IV. Instituição Promotora.

CDD: 333.31

Índices para catálogos sistemáticos:

Regularização fundiária - Brasil: Política fundiária - Piauí. Território e desenvolvimento regional. Gestão pública.

Prefácio

A Governança da Terra no Piauí: Fundamentos Institucionais, Ambientais e Sociais da Regularização Fundiária

Francisco Gleison da Costa Monteiro
Cássio de Sousa Borges
Rhubens Ewald Moura Ribeiro

O Instituto de Regularização Fundiária e Patrimônio Imobiliário do Piauí - INTERPI promoveu, no período de 03 a 05 de dezembro de 2025, em Teresina, Piauí, o I Congresso Científico do Instituto de Terras do Piauí.

O evento buscou promover debates e sugestões sobre os processos, avanços e obstáculos da regularização fundiária, reunindo profissionais, pesquisadores, professores e estudantes de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação de diferentes campos do saber.

Durante o I Congresso Científico do INTERPI o debate de dois temas foram fundamentais: segurança jurídica e desenvolvimento sustentável. Essas questões foram abordadas nas palestras e nos seminários temáticos, que reuniram debates e se aprofundaram nas diversas dimensões jurídica, social, ambiental, tecnológica, antropológica e histórica..

Para consolidar os 55 capítulos, a Comissão Científica sugeriu aos participantes seis seções temáticas. No entanto, este **Volume 1** foi organizado em dois eixos, que formam, essencialmente, as bases empíricas desta coletânea: **o eixo A1: Perspectivas Gerenciais e Tecnológicas para a Regularização Fundiária no Piauí**, com 9 capítulos; e **o eixo A2: Perspectivas Ambientais e Sociais no Semiárido, Meio-Norte e Cerrado do Piauí**, com 20 capítulos.

Antes do desenvolvimento desses eixos, este volume se inicia com o **capítulo de abertura “INTERPI: 45 anos titulando sonhos e territorializando oportunidades no Piauí”**, fundamental para os autores Rodrigo Ribeiro Costa Cavalcante, Cássio de Sousa Borges, Rhubens Ewald Moura Ribeiro, Clarecinda de Araújo Moura Jesuino Teixeira e Francisco Gleison da Costa Monteiro, pois permite contextualizar a história do

Instituto de Terras do Piauí (INTERPI). Ao longo de seus 45 anos de atuação, o INTERPI tem se destacado pela criação de políticas de Estado voltadas ao desenvolvimento territorial, à justiça social e à consolidação da cidadania fundiária no Piauí. Com base em registros oficiais, o estudo constrói uma linha do tempo e apresenta uma narrativa histórico-institucional que destaca a progressão das ações de regularização fundiária, os avanços técnicos e jurídicos, além dos efeitos sociais decorrentes das titulações individuais e coletivas. Os autores também mencionam os marcos temporais, indicando a compreensão de como o INTERPI se estabeleceu como uma ferramenta de governança territorial capaz de mudar a realidade agrária do Piauí, fomentando a inclusão produtiva, garantindo a segurança jurídica e valorizando a cultura dos povos e comunidades tradicionais. Além disso, o artigo defende a importância de preservar e fortalecer politicamente o Instituto, considerando-o uma política pública duradoura voltada à gestão democrática das terras e à sustentabilidade do desenvolvimento rural no estado.

O eixo A1: Perspectivas Gerenciais e Tecnológicas para a Regularização Fundiária no Piauí abrangeu debates sobre gestão territorial, governança fundiária, inovações tecnológicas, georreferenciamento, utilização de sistemas de informação, entre outros tópicos. Assim, o primeiro texto desta área é escrito por Patrícia Lopes Nazário da Costa e intitulado “Inteligência Artificial e Administração pública: Potenciais aplicações na Gestão Fundiária do Piauí”. A autora propõe aos leitores um debate relevante e contemporâneo, utilizando como tema o potencial da Inteligência Artificial (IA) na Política de Regularização Fundiária do Piauí, especialmente no processo de Reconhecimento de Domínio (RD), que exige extensa análise documental.

A metodologia se distingue pelo uso de registros documentais e, após analisar as exigências legais do INTERPI, alcança-se, por meio da IA, a automatização e verificação de certidões, a geração de dados geoespaciais e as práticas de uso do solo.

O capítulo intitulado “Análise da integração entre comportamento do consumidor e marketing digital na regularização fundiária” é de autoria de Elias Nunes da Silva Neto, Rhubens Ewald Moura Ribeiro, Renildo de Sousa Maia e Carlos Alberto de Sousa Ribeiro Filho. As abordagens tratam

da análise do comportamento do consumidor e do impacto do marketing digital em programas de regularização fundiária, buscando investigar de que maneira o marketing digital influencia a decisão de participação dos beneficiários em processos de regularização fundiária. Na era digital, o capítulo traz resultados relevantes sobre a aplicação do marketing digital e da gestão pública para orientar os beneficiários no entendimento dos trâmites burocráticos relacionados à regularização fundiária.

Os autores Israel Lima Dias, Lohanna Aires Saraiva, Victor Rafael de Oliveira Silva, Greenhalph Alves Bezerra da Silva e Otília de Sousa Santos apresentam a parte denominada “Do mapa ao sistema: o papel do INTERPI na modernização tecnológica da governança de terras no Piauí”, abordando a aplicação das Engenharias (Geotecnologias) e das Tecnologias da Informação na modernização dos processos. Dessa forma, a narrativa busca situar o estudo de caso no estado do Piauí, referente à transição da gestão fundiária, em que os procedimentos eram fundamentados em documentos físicos e cartografia analógica, para a Governança Digital. Isso representa uma mudança significativa das medições analógicas para as precisões geoespaciais.

Foi a partir dessa transição que foram introduzidos os sistemas eletrônicos de gestão de terras, como o SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária) do INCRA, além das plataformas criadas pelo INTERPI (a exemplo do SICARF e do TERRAS.PI), que representam a modernização do Instituto. De acordo com os autores, essas plataformas digitais criam um sistema de rastreamento e auditoria dos processos, reduzindo as incertezas e a lentidão associadas aos métodos manuais. Dessa forma, conseguem demonstrar como o progresso tecnológico no setor está alinhado à gestão estratégica para assegurar a gestão territorial no Piauí.

Em “Sistemas de informação como ferramenta estratégica na gestão e no gerenciamento de portfólios de projetos governamentais”, o autor Greenhalph Alves Bezerra da Silva examina as estratégias que têm promovido a transformação digital no setor público, utilizando sistemas de informação como ferramentas de governança e gestão de portfólios de projetos. Por meio de um estudo qualitativo, que se apoia em revisão bibliográfica de fontes nacionais e internacionais, bem como em documentos institucionais brasileiros, foi possível observar que a

integração entre sistema de informação, práticas de gestão e critérios de governança contribui para a tomada de decisões, o controle social e o alinhamento das políticas públicas do Estado.

O capítulo “A transformação digital na governança fundiária: o caso do instituto de terras do Piauí (INTERPI) e o potencial da inteligência artificial”, de autoria de Victor Rafael de Oliveira Silva, William dos Reis Pereira, Israel Lima Dias e Debora Thayryne de Gois Ribeiro Reis, traz como ponto nodal a discussão atualíssima do uso da tecnologia digital para aperfeiçoar o processo de modernização da gestão de terras no estado do Piauí, inclusive impulsionando a entrega de serviços on-line e geotecnologias, além da preservação documental por meio da digitalização. Segundo os autores, os resultados indicam que a digitalização de processos no INTERPI reduziu a burocracia e aumentou a eficiência na titulação de terras. Assim, a adoção de tecnologias emergentes, notadamente a IA, tende a assegurar a democratização dos processos de governança fundiária, a transparência e a consolidação da modernização do setor.

Os autores Eduarda e Silva da Cunha, Abraão Madson Alves Cardeal, João Ricardo Simeão Cavalcante, Guilherme Leal Araújo e Layzianne Aparecida Rocha Ferreira registram análises permeadas por abordagens que pautam a “Análise de políticas públicas para combater a ociosidade de imóveis no centro de Teresina”. Com essas perspectivas interpretativas, a pesquisa aborda a ociosidade e a subutilização de imóveis no Centro da capital do estado do Piauí, Teresina. Uma discussão atual que acalora o debate sobre o comprometimento da manutenção da vitalidade urbana, da segurança e da preservação do patrimônio histórico da capital. Para os autores, o esvaziamento é provocado por fatores como descentralização urbana, crise do transporte público e ausência de um engajamento governamental relacionado à manutenção dos imóveis. O capítulo aponta caminhos possíveis para um debate profícuo sobre a revitalização do centro e sobre a necessidade de ações integradas que assegurem desenvolvimento urbano sustentável, inclusão social e recuperação da atratividade econômica da região.

Os autores Debora Thayryne de Gois Ribeiro Reis, Denilson Mendes de Moura, Filipe Vilanova Neiva, Giovanni Lucas Araújo Moura e Greenhalph Alves Bezerra da Silva também seguem essa interpretação da inteligência

artificial, explorando em seu capítulo “IA: tabelas processuais unificadas para decisões automatizadas na governança fundiária do Piauí” como fortalecer a estrutura de governança digital do setor fundiário aplicando a Inteligência Artificial (IA) e sistemas digitais integrados, particularmente o Sistema REGINA, que automatiza o processo de padronização fundiária conduzido pelo Instituto de Terras do Piauí. Essa proposta visa integrar inteligência artificial, interoperabilidade, procedimentos unificados e sistemas geoespaciais para impulsionar a reestruturação institucional orientada para a eficiência administrativa, segurança jurídica e controle dos sistemas de informação territorial. A inovação desta pesquisa reside na exploração da inteligência artificial aplicada ao setor público e na demonstração das ações tomadas pelo governo do Piauí para modernizar a gestão territorial.

Completa o debate sobre inteligência artificial o capítulo “Inteligência Artificial e Democratização da Regularização Fundiária: O Papel das LLMs na Comunicação e Aceleração dos Processos Públicos”, escrito por Israel Lima Dias, Lohanna Aires Saraiva, Victor Rafael de Oliveira Silva e Greenhalph Alves Bezerra da Silva. Este artigo analisa o uso da Inteligência Artificial Generativa (IAG) para facilitar a regularização fundiária no Piauí, concentrando-se no estudo de caso da assistente virtual Clarinha, do INTERPI. Para os autores, a IAG é considerada fundamental para traduzir o Estado para o cidadão e diminuir a assimetria da informação, devido à complexidade técnica e comunicacional do assunto. Com uma abordagem qualitativa, a pesquisa detalha a estrutura do atendimento híbrido da Clarinha (IA + intervenção humana), que funciona por meio do WhatsApp e Chat Web. A utilização de um LLM (Large Language Model) dedicado e com curadoria institucional assegura a conformidade com as normas e a inclusão.

O capítulo “Gestão de uma emissora de TV local e a comunicação institucional do INTERPI no contexto da transformação digital” foi proposto pelos autores Jordão Emanuel da Rocha Guedes, Rhubens Ewald Moura Ribeiro, Eveliane de Sá Sepúlveda Miranda e Simone Raquel Mendes de Oliveira. Trata-se de um estudo de caso, em que os autores procuraram problematizar a forma como o INTERPI investe na comunicação pública para ampliar a transparência e o reconhecimento

social de suas ações. Essa iniciativa ajudou o Instituto de Terras do Piauí a aprimorar sua comunicação institucional, melhorando significativamente a imagem organizacional do instituto e expandindo suas conexões com os contribuintes, inclusive compartilhando notícias institucionais em plataformas como Instagram, Facebook e YouTube.

O próximo conjunto de capítulos está situado no eixo **A2: Perspectivas Ambientais e Sociais no Semiárido, Meio-Norte e Cerrado do Piauí**. Nesta parte, buscou-se incluir discussões que examinam os efeitos e as interações socioambientais da propriedade, abrangendo questões relacionadas à sustentabilidade, preservação, alterações climáticas e dinâmicas sociais nos biomas locais.

O primeiro capítulo desta seção, intitulado “Integridade pública e sustentabilidade: avaliação dos instrumentos de política pública no estado do Piauí”, foi redigido por Iarla Letícia Felipe Mendes e Raissa Helena dos Santos Villela. O capítulo examina a administração sustentável dos recursos hídricos do Piauí, bem como a superação de obstáculos estruturais, ambientais e institucionais que se acumularam ao longo da história. Assim, destacam o 1º Plano Estadual de Conservação de Nascentes e Rios e a atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH-PI), que são ferramentas fundamentais para a preservação e uso consciente da água, principalmente em um cenário caracterizado pela vulnerabilidade climática e degradação ambiental. Com base nos princípios da OCDE para a integridade pública, este estudo analisa as condições institucionais necessárias para estabelecer uma governança hídrica ética, além dos obstáculos à sua implementação, como falta de transparência ativa, fragilidade técnica dos órgãos executores, sobreposição de competências e participação social limitada.

O capítulo “Os limites da Reforma Agrária no Piauí: Estado, Concentração Fundiária e Mobilização Camponesa (1981-2003)”, escrito pelos autores Geovana Moraes Cardoso, Lucas Ramyro Gomes de Brito e Cristiana Costa da Rocha, compartilha os resultados de um estudo de Iniciação Científica apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). O período da pesquisa abrange os anos de 1980 a 2003 e busca examinar a questão fundiária no Piauí, uma vez que esse contexto é caracterizado pela concentração de terras, conflitos agrários

e obstáculos às políticas que favorecem a reforma agrária. O foco do capítulo está no debate de uma política voltada para a Reforma Agrária, que permita a distribuição de terras aos camponeses. Ao empregar abordagens qualitativa e quantitativa, os autores indicam como resultado desse processo a continuidade das elites agrárias e o agravamento das condições de vida dos camponeses.

O capítulo “A construção de um futuro sustentável: reflexões acerca da soberania alimentar no contexto global”, escrito por Alcebíades Costa Filho e Hélio Jonh Loiola Bezerra, busca discutir um futuro sustentável e o desafio diante do modelo global de produção de alimentos. Os autores propõem, a partir de um extenso diálogo teórico, discutir o modelo de produção baseado na monocultura, destacando as práticas ecológicas e a vivência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além das ações de resistência contra a lógica predominante do agronegócio. Nesta análise produtiva, observa-se um debate atual e urgente sobre a soberania alimentar e os efeitos socioambientais em relação à demanda da sociedade capitalista, que se apresenta como uma agenda viável de análise diante da crescente necessidade de produção, porém sem qualquer compromisso com os desequilíbrios ambientais.

Os autores Gabrielly Lima de Oliveira e Alcebíades Costa Filho introduzem o capítulo intitulado “Agricultura Familiar: a produção da subsistência no Piauí (1900-1980)”. O objetivo desse capítulo é destacar a agricultura familiar como uma atividade relevante na produção agropecuária. Nesse sentido, as mensagens governamentais são apresentadas como fontes históricas que fazem parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Piauí, abrangendo o período de 1900 a 1980. É importante ressaltar que os autores questionam o fato de a pecuária ter sido historicamente valorizada como economia principal, enquanto outras produções receberam menos atenção. Como resultado, essa interpretação relegou a agricultura familiar ao esquecimento. Desse modo, este material busca apresentar a agricultura familiar como uma atividade de subsistência vigorosa ao longo dos anos, em análises.

No trabalho “Governança Hídrica no Piauí: desafios e estratégias para o desenvolvimento sustentável”, as autoras Iarla Letícia Felipe Mendes e Raissa Helena dos Santos Villela discutem a Política Nacional de Recursos

Hídricos (PNRH). Essa política, estabelecida pela Lei nº 9.433/1997, é o marco regulatório para a gestão hídrica no Brasil. Levando em conta o estado do Piauí, marcado pela falta de água, estiagens prolongadas e desigualdades regionais, sua implementação se torna fundamental para o progresso sustentável. Portanto, este estudo busca analisar a implementação dessa PNRH no Piauí, identificando progressos, obstáculos e estratégias em vigor. A metodologia empregada mescla a abordagem qualitativa, por meio da análise documental e institucional, e a abordagem quantitativa, fundamentada em indicadores oficiais de abastecimento, saneamento e investimentos públicos. As análises têm produzido resultados que indicam a continuidade de limitações estruturais ligadas à governança, ao envolvimento social, à manutenção de obras e à desigualdade territorial. Assim, o texto é útil para expandir o debate sobre transparência, participação social e harmonização das metas estaduais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente com o ODS 6.

Juliana de Farias Nunes considera que os assentamentos rurais e o desenvolvimento sustentável são o foco de um debate intenso. Dessa forma, sugere uma análise do capítulo “Políticas públicas sustentáveis para assentamentos rurais: o caso da região do Parnaíba e os ODS da agenda 2030”. Portanto, o estudo examina a relevância de políticas públicas sustentáveis para os assentamentos rurais na área do Parnaíba, com o objetivo de entender como essas políticas podem auxiliar no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A área, que engloba partes do Piauí e Maranhão, incluindo Buriti dos Lopes e Parnaíba, exibe uma variedade de ecossistemas e enfrenta desafios socioeconômicos, com população que depende da agricultura e de atividades extrativas. A pesquisa examina como as políticas públicas podem equilibrar crescimento econômico e preservação ambiental. A abordagem utilizada é dedutiva, mesclando revisão de literatura sobre políticas públicas e ODS com a coleta de dados primários a partir de fontes documentais e oficiais.

O capítulo “Regularização Fundiária no Assentamento Corte do Meio (Altos-PI): Impactos Sociais e Propostas para Ampliação da Função Social” é escrito por Ana Maria Bandeira Viana. Esse trabalho é resultado de seu

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que forneceu os dados, análises e fundamentações teóricas aqui expostas. O capítulo aborda o processo de regularização fundiária no Assentamento Estadual Corte do Meio, localizado em Altos, Piauí, enfatizando seus efeitos sociais e sugestões para reforçar a função social da propriedade. Com uma abordagem mista de métodos qualitativos e quantitativos, fundamentada em dados coletados entre os anos de 2019 e 2024, incluindo imagens georreferenciadas e entrevistas com os assentados, foram avaliados a segurança jurídica, transformações socioeconômicas e avanços na infraestrutura local. De acordo com a autora, os resultados mostram progressos consideráveis no crescimento social e econômico dos beneficiários, apesar de ainda existirem desafios relacionados à infraestrutura e à sustentabilidade ambiental.

Os autores Luiza Mara do Amaral Nunes, Valber Mendes Ferreira, Debora Thayryne de Gois Ribeiro Reis, Simone Raquel Mendes de Oliveira e Eduarda e Silva da Cunha redigiram o capítulo denominado “Análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no Cerrado Piauiense e suas Bacias Hidrográficas”. Nesse capítulo, discutem a elaboração de um panorama das maneiras de ocupação do solo, tendo como objetivo o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a geração e integração de informações ambientais relacionadas a posses e propriedades rurais. Nesse cenário do Piauí, o bioma Cerrado possui uma importância estratégica, abrangendo mais da metade do território e se destacando na produção de grãos. Assim, este estudo busca identificar e examinar os municípios do Cerrado piauiense incluídos no CAR, além de suas respectivas bacias hidrográficas. As discussões se fundamentaram em um estudo pioneiro sobre os municípios do Cerrado piauiense, comparando a média das áreas registradas, em hectares, com a condição cadastral de cada propriedade.

O estudo conduzido pelos autores Simone Raquel Mendes de Oliveira, Janaina Barros Siqueira Mendes, Valber Mendes Ferreira, Eduarda e Silva da Cunha e Rhubens Ewald Moura Ribeiro intitula-se “Avanços do programa estadual de geração de emprego e renda no meio rural (PROGERE) nos territórios de desenvolvimento do Piauí”. O objetivo deste capítulo é avaliar o programa PROGERE no contexto rural do Piauí. Portanto, o propósito do capítulo é analisar os progressos do PROGERE nas áreas

de desenvolvimento do Piauí. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas e pela divulgação dos manuais impressos do Programa, o que resultou na criação de 53 Planos de Investimentos Produtivos. Esses planos foram implementados em 67 municípios, beneficiando um total de 36. Por fim, o capítulo apresenta uma análise minuciosa do impacto do Programa na diminuição da pobreza rural, cuja implementação abrangeu os territórios de desenvolvimento do Estado, especialmente os territórios de Cocais, Entre Rios e Carnaubais.

No capítulo “Avanços e desafios da Regularização Fundiária no Piauí: Uma Análise Gerencial e Tecnológica”, as autoras Suanny Jessica Oliveira Lima e Eduarda e Silva da Cunha examinam as perspectivas gerenciais e tecnológicas da regularização fundiária no Piauí. O foco está no Programa Regularizar, bem como em iniciativas como o ProUrbe e o Projeto Piauí Sustentável e Inclusivo. O objetivo foi entender a integração entre entidades públicas e a utilização de tecnologias como georreferenciamento e SIG-RI, por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Com o objetivo de analisar a gestão territorial e a governança fundiária no Piauí por meio da implementação de estratégias e alinhamentos em várias instituições públicas, o capítulo expõe resultados que demonstram que a combinação de gestão territorial estruturada, governança fundiária e ferramentas tecnológicas favorece a segurança jurídica, a diminuição de conflitos fundiários e a promoção do desenvolvimento sustentável. A pesquisa indica que a regularização fundiária é uma ferramenta eficiente para fomentar justiça social, assegurar direitos básicos à moradia e impulsionar o desenvolvimento territorial no estado.

O capítulo “Entre a transparência e o direito fundamental à proteção de dados: desafios contemporâneos na publicização de informações fundiárias e territoriais” pertence à autoria de Raryssa Nogueira do Nascimento. O tema central da autora é a gestão digital, porém ela concentra a discussão em como a tecnologia pode contribuir para a produção de informações territoriais e a proteção de dados. A autora utiliza metodologia qualitativa, bibliográfica e normativa, integrando as contribuições de autores do direito digital, da ciência da informação e da proteção legal de dados pessoais, bem como análises de modelos internacionais de governança informacional. Assim, este capítulo

ênfatisa a consolidação das tecnologias da informação, a ampliação das plataformas de dados públicos e a crescente sofisticação dos sistemas de gestão territorial. Além disso, analisa como esses sistemas têm intensificado o debate sobre os limites entre a transparência estatal e o direito fundamental  proteção de dados pessoais.

As autoras Eduarda e Silva da Cunha e Maria dos Milagres Lima Leal discutem no capítulo intitulado “Integração de INCRA, CAR e cartórios para diagnóstico fundiário: Avanços, Desafios e Implicações Territoriais” a regularização fundiária por meio do gerenciamento da integração de dados com geotecnologia, que oferece uma solução para acelerar os processos relacionados à Regularização Fundiária. A pesquisa se concentra no município de Picos-PI, utilizando como base de dados informações geradas pelo Acervo Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e o Sistema de Informações Geográficas do Registro de Imóveis do Brasil (SIG-RI) do Operador Nacional do Registro de Imóveis (ONR). O objetivo deste estudo é traçar o panorama atual relacionado à regularização de propriedades utilizando dados oficiais, promovendo a fusão dessas informações dentro das plataformas do Sistema de Informação Geográfica (SIG) QGIS. As autoras destacam, de maneira indicativa, uma preocupação em relação à fragilidade das bases de dados e à incerteza acerca das áreas que podem ser objeto de arrecadação administrativa pelo governo e sugerem maior rigor na confiabilidade dessas informações, assim como na união dos dados.

O capítulo intitulado “Mudanças climáticas e vulnerabilidade da agropecuária no meio-norte do Piauí: uma revisão sistemática” foi escrito por Jalison Figueredo do Rêgo. Este texto apresenta uma revisão sistemática com o propósito de examinar a produção científica sobre as mudanças climáticas e seus efeitos socioambientais na agropecuária na região do meio-norte do Piauí. Essa rea de transição climática e ecológica (entre o semiárido e o tropical úmido)  especialmente suscetível ao aumento de ocorrências de fenmenos climáticos extremos. Os efeitos na produtividade, na insegurança alimentar e no xodo rural na região do Meio-Norte do Piauí so o foco deste capítulo. Essa região exige

mais atenção científica e políticas públicas de adaptação climática mais eficazes, voltadas para a resiliência dos sistemas produtivos e para a segurança hídrica e alimentar de sua população.

No que diz respeito às discussões sobre a regularização fundiária, os autores Andressa Carolina Araujo Costa, Rhubens Ewald Moura Ribeiro, Eduarda e Silva da Cunha e Cássio de Sousa Borges sugerem o capítulo “O INTERPI e a regularização fundiária no Piauí: contribuições, impactos, resultados e reflexões” como uma ferramenta para examinar o contexto da produção da legalidade de registro no Piauí. O capítulo avalia o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e seu papel na regularização fundiária no estado, além de sua função como órgão público encarregado desse processo. Por meio de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, os autores investigam o uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e o fortalecimento da cooperação técnica entre municípios e entidades federais, visando assegurar eficiência e transparência nos processos de titulação.

O capítulo “O uso das ferramentas de sensoriamento remoto para auxílio das ações relacionadas à educação ambiental”, elaborado por João Leonardo Carvalho Araujo Sousa, visa examinar a aplicação de ferramentas de sensoriamento remoto como recurso de suporte às iniciativas de educação ambiental, enfatizando seu potencial para aprimorar as práticas educacionais e fomentar uma aprendizagem crítica e relevante. O estudo é de natureza exploratória e qualitativa, empregando revisão bibliográfica e análise de plataformas digitais disponíveis, como Google Earth, QGIS, MapBiomass e bases do INPE, com o objetivo de identificar suas contribuições para a educação.

É importante ressaltar a ênfase do autor ao questionar os dados que mostram como o sensoriamento remoto contribui para a compreensão de fenômenos ambientais em diversas escalas, aumenta o envolvimento dos estudantes e fortalece a interdisciplinaridade entre áreas como geografia, biologia, história e matemática.

O capítulo de Cristiano Luís Christillino, intitulado “Os autos de legitimações de terras e o estudo da imigração no segundo reinado: o caso do Vale do Taquari- RS”, chama atenção por deslocar sua análise para o Sul e por apresentar um recorte temporal concentrado nos

Oitocentos, no período de 1860 a 1890. Esta é uma perspectiva ligada ao estabelecimento de colônias oficiais de imigração alemã no Rio Grande do Sul durante o período imperial, com ênfase no Vale do Taquari. O debate está em sintonia com as análises da Lei de Terras e dos processos de Autos de Medição, dado que o elevado número de descendentes desses colonos exigia novos lotes para a atividade agrícola, o que favorecia a ampliação das áreas coloniais.

Os autores Saulo Guerra Aguiar Barreto, Rhubens Ewald Moura Ribeiro, Eveliane de Sá Sepúlveda Miranda e Cássio de Sousa Borges apresentam o capítulo “Regularização fundiária coletiva e sustentabilidade do extrativismo do babaçu no Piauí”. O estudo considera a conexão entre a regularização fundiária coletiva e a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do extrativismo do babaçu no Piauí, com ênfase nas comunidades de quebradeiras de coco. Trata-se de um estudo que tematiza comunidades tradicionais, protagonismo feminino e inserção na agricultura familiar. A análise de literatura e documentos auxilia os autores na avaliação dessas experiências recentes de titulação realizadas pelo Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) e seus efeitos sobre renda, emprego e preservação ambiental.

Para a autora Maria Káren de Carvalho Bento Rodrigues, o capítulo intitulado “Regularização fundiária como instrumento de combate ao desmatamento ilegal e promoção da agricultura familiar sustentável no cerrado piauiense” merece atenção por apontar a regularização fundiária como uma das políticas públicas mais importantes para promover justiça social e sustentabilidade ambiental. O Cerrado piauiense é o local onde o estudo foi realizado. Por meio da análise de documentos e revisão da literatura, a pesquisa investiga a regularização fundiária como uma ferramenta jurídica e política para combater o desmatamento e promover a agricultura familiar sustentável, levando em conta suas consequências jurídicas, sociais e ecológicas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, que analisa o marco normativo da regularização fundiária, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 13.465/2017 e o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), além de examinar o papel institucional do INTERPI na implementação de políticas de titulação rural.

No próximo capítulo, o semiárido e o Cerrado servem como ponto de partida para discutir a regularização fundiária e o desenvolvimento sustentável. O capítulo denominado “Regularização fundiária como instrumento de desenvolvimento sustentável no semiárido e cerrado do Piauí” é assinado pelos autores Kauany Coutinho de Deus, Elayne da Silva Figueredo e Lineardo Ferreira de Sampaio Melo. É fundamental destacar como os autores iniciam o debate e defendem a relevância da segurança jurídica da propriedade, uma vez que esses espaços representam o meio de vida, a identidade e a resistência para milhares de famílias e comunidades tradicionais. A falta de regularização fundiária tem restringido a habilidade das comunidades locais de converter seu potencial em progresso sustentável. Sem garantias legais em relação à posse e ao uso da terra, muitos continuam à margem da lei, impedidos de acessar políticas públicas, linhas de crédito e incentivos destinados à implementação de práticas sustentáveis.

A autora Vitória Regina Costa dos Santos, no capítulo “Regularização fundiária em áreas de expansão urbana e periurbana: desafios, avanços e o papel das geotecnologias (Teresina-PI)”, procura examinar o processo de regularização fundiária nas regiões de crescimento urbano e periurbano da capital do estado. Com base em revisão bibliográfica e análises documentais produzidas por programas governamentais, a autora constatou que o rápido crescimento da cidade tem levado ao surgimento de ocupações irregulares em áreas periféricas, simultaneamente à implementação de novas políticas de regularização. Além disso, o capítulo traz uma discussão relevante sobre o uso das geotecnologias, como Sistemas de Informações Geográficas, geoprocessamento, georreferenciamento e levantamentos com drones, que são instrumentos fundamentais para melhorar diagnósticos, diminuir burocracias e garantir maior precisão nos limites fundiários.

As apresentações mencionadas acima marcam o fim dos capítulos que integram o Volume 1 desta coletânea. Como pode ser observado, essas narrativas demonstram um esforço monumental coordenado pelo INTERPI para expandir o acesso à terra por meio da regularização fundiária. Os capítulos abordam tanto ações voltadas à democratização do acesso à terra quanto o uso da tecnologia, especialmente da inteligência artificial,

para a construção de dados e auxílio nos cadastros, em áreas vulneráveis socioambientalmente. Além disso, tratam da gestão de governança, integrando narrativas que se conectam à cidadania e ao desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, os autores apresentados neste volume conseguem instigar nos leitores as diversas facetas da História da propriedade, ao mesmo tempo em que entrelaçam ações, seja por meio da interdisciplinaridade, seja pela diversidade de fontes empregadas na elaboração dos capítulos. Destacamos a importância de progredirmos e expandirmos as abordagens que analisam as condições de uso da terra e sua democratização, além de promover justiça na distribuição e compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Convidamos os leitores deste volume a também lerem e refletirem sobre os textos do Volume 2 desta obra onde constam artigos das áreas (A3) Perspectivas Jurídicas para a Regularização Fundiária no Piauí, (A4) Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) na Regularização Fundiária, (A5) Regularização Fundiária e o Setor Produtivo no Piauí e (A6) Engenharias e Tecnologias Aplicadas à Regularização Fundiária no Piauí.

INSTITUTO DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
E PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO
DO PIAUÍ - **INTERPI**

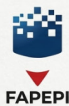


GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.



APOIO

Fadex



PATROCÍNIO



IFIDA
Investindo nas populações rurais

REALIZAÇÃO



45 ANOS
INTERPI
INVESTINDO EM TERRA DE OPORTUNIDADES



LESTU
Editora